



## **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS TRADIÇÕES POPULARES: REFLEXÕES EM TORNO DE ALGUMAS PRÁTICAS**

MAGNO, Marluce

Estudante de mestrado do Programa de  
Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO  
*magnomarluce@gmail.com*

ABREU, Regina M.R.M.

Doutora em Antropologia Social pela  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional),  
Pós-Doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.  
*abreuregin@gmail.com*

520

### **RESUMO**

As políticas públicas no segmento da *Educação Patrimonial* sofreram significativas reformulações nos últimos anos, encampando, de forma mais concreta, a dimensão imaterial do patrimônio. O reconhecimento do protagonismo dos grupos tradicionais no esforço de salvaguarda de suas próprias tradições é apontado como fundamental para o sucesso das políticas institucionais. Percebe-se que a sobrevivência das tradições depende da sobrevivência dos grupos. A proposta deste trabalho é refletir sobre algumas práticas de Educação Patrimonial em articulação com as formulações clássicas de Maurice Halbwachs em torno do conceito de Memória Coletiva. Uma análise das deliberações e materiais de referência produzidos pelo IPHAN no trato da temática, e um exercício tomando um grupo de *Folia de Reis* como caso de estudo embasam as reflexões aqui propostas.

**Palavras-chave:** Educação Patrimonial, Tradições Populares, Halbwachs.

### **ABSTRACT:**

The Brazilian pub

lic policies on Heritage Education segment suffered significant reformulations in recent years, incorporating, more fully, intangible dimension of heritage. The recognition of the role of the traditional groups in the effort to safeguard their own traditions is pointed as critical to the success of institutional policies. It is noticed that the survival of traditions depends on the survival of groups. The purpose of this work is to reflect about some practices of Heritage Education in conjunction with the classic formulations of Maurice Halbwachs around the concept of Collective Memory. An analysis of the deliberations and reference materials produced by IPHAN in dealing with the subject, and an exercise taking a group of *Folia de Reis* as case study support the reflections proposed here.

**Key-words:** Heritage Education, Popular Traditions, Halbwachs.



## INTRODUÇÃO

A ampliação do conceito de patrimônio adotando a perspectiva antropológica de cultura valorizou a cultura tradicional e popular. Nossa Constituição de 1988 reconhece as manifestações populares, conformadas na denominação “bens de natureza imaterial”, como expressão da diversidade cultural do país e anuncia que o Estado cuidará de protegê-las. No cenário internacional o marco é a *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular* da UNESCO, publicada em 1989. E em 2000 o Estado brasileiro materializa seu compromisso constitucional publicando o Decreto 3551 que instituiu o *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial* e criou o *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial*.

Essa ampliação da noção de patrimônio trouxe inúmeros desafios às instituições públicas e a sociedade. Muito motivada, a comunidade acadêmica tem empreendido estudos e produzido vasto material para reflexão. No campo da Educação Patrimonial temos, por exemplo, *Educação patrimonial: perspectivas e dilemas*, de Flávio Leonel Silveira e Márcia Bezerra. Além de um breve histórico sobre o campo, os autores discutem conceitos, a temática das paisagens patrimoniais e abordam o tema no qual este estudo se insere, ao qual intitularam “a questão do Outro” (SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p.84). Alertam para intervenções de técnicos e educadores em comunidades tradicionais que, frequentemente, baseiam-se em “perspectivas conscientizadoras [que] desconsideram a visão de mundo dos envolvidos [...] tendendo a tomá-los como pessoas que necessitam da luz do conhecimento para aclarar suas consciências obtusas.” (SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p.87)

As considerações e reflexões que compõem este trabalho se alinham com a preocupação desses autores sobre a ética na relação entre agentes do patrimônio e grupos tradicionais, assumindo como “agentes do patrimônio” os atores externos que deliberam e atuam institucionalmente na *Educação Patrimonial*. Tais considerações foram construídas a partir da análise de deliberações, documentos e materiais de apoio produzidos no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN para o segmento *Educação Patrimonial*, e tomou a *Folia de Reis* como caso de estudo. Os estudos de Maurice Halbwachs e sua construção do conceito de *memória coletiva* foram os elementos norteadores desta análise, entendendo sua obra *Memória Coletiva* como fundamental para discutir a intervenção de atores externos nos grupos tradicionais, e até mesmo se tais intervenções são recomendáveis.



## EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Em sua recente publicação *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos* o IPHAN traça um panorama da atuação da Instituição no campo da *Educação patrimonial*, além de apresentar as diretrizes e conceitos que vigoram atualmente na condução do trabalho da Instituição nesse campo. Para o IPHAN, na atualidade, a *Educação Patrimonial*

constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. [...] [Tais] processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (IPHAN, 2014, p.19).

A publicação faz um percurso histórico sobre as ações nesse campo de atuação, observando que a percepção do caráter pedagógico do Patrimônio Cultural, inicialmente na amplitude de museus e imagens, está presente desde o anteprojeto de Mário de Andrade para a criação do SPHAN. Mas o olhar para as tradições populares acontece na breve gestão de Aloísio Magalhães (entre 1979 e 1982) com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC . É a partir desse momento que indivíduos, grupos e comunidades são considerados como sujeitos da dinâmica da produção cultural, entendidos como legítimos detentores, tanto de um “saber-fazer” singular, como também de destinatários da sua própria cultura (IPHAN, 2014, p.7).

Nasce, também, o *Projeto Integração*, apresentado em 1981, destinado ao fortalecimento das condições para realização de trabalho educacional conectado a dinâmica cultural, fortalecendo a pluralidade e a diversidade cultural brasileira. É quando se adota a visão de que o processo educacional transcende o espaço da instituição escolar. Defende-se a participação da comunidade local e professores em todos os níveis dos processos educacionais. Mas é apenas em 1983 que todo esse esforço educacional e visão metodológica adquire o nome *Educação Patrimonial*, inspirado no *heritage education* desenvolvido na Inglaterra. Um instrumento marcante na condução dos trabalhos no segmento foi o *Guia Básico de Educação Patrimonial*, elaborado por Maria de Lourdes Hora, Evelina Grunberg e Adriana Monteiro. Esse guia foi utilizado como principal material de apoio para as ações



educativas pelo IPHAN durante a primeira década do século XXI (IPHAN, 2014, p.13), enriquecidas, em 2007, com a publicação do *Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial* de Evelina Grunberg. Dirigidos principalmente a educadores, são instrumentos de teor pedagógico, cuja leitura é muito inspiradora. Difundem conceitos, fomentam ações, estimulam a conscientização. Seu foco, entretanto, é o patrimônio material, representado por museus, edificações, monumentos e restos arqueológicos. As particularidades do patrimônio imaterial demandariam outras ações e recursos específicos, como veremos a seguir.

Uma sequência de novas deliberações e ações iniciadas entre 2008 e 2009 indicam o início de uma nova fase, mais intensa no campo do imaterial, buscando proximidade maior com os agentes da sociedade civil, incluindo os “coletivos não formalizados”, associações de moradores, além das instituições formais de ensino, que tiveram parcerias incrementadas. Em 2009 a Coordenação de Educação Patrimonial – CEDUC é vinculada ao recém-criado Departamento de Articulação e Fomento – DAF. A área se consolida e se adensa no interior do Instituto e série de eventos são realizados visando construir parâmetros de atuação, instrumentos legais e parcerias na área. Foram debatidas e consolidadas as diretrizes de funcionamento das *Casas do Patrimônio*, unidades através das quais se pretende a ampliação da capilaridade institucional do IPHAN (são onze na atualidade), que têm como desafio ampliar o diálogo com a sociedade no âmbito da Educação Patrimônio, fomentando a criação de novas práticas de preservação, principalmente através de ações educacionais, em parceria com organizações formais e não formais da sociedade local.

Consolidam-se os “macroprocessos institucionais” da política de *Educação Patrimonial* do IPHAN, organizados em três eixos de atuação: (a) inserção do tema Patrimônio Cultural na educação formal, (b) gestão compartilhada das ações educativas e (c) instituição de marcos programáticos no campo da *Educação Patrimonial*.

No eixo que contempla a educação formal, dois programas são suas principais referências: o *ProExt* e o *Mais Educação*. O *Programa de Extensão Universitário – ProExt* foi criado em 2008 e a parceria com o MEC foi estreitada. Esse programa estimula o corpo docente e discente de universidades a se envolverem em políticas públicas com ênfase na inclusão social. O IPHAN interage com o Programa na elaboração dos editais anuais e na avaliação de propostas da linha temática de “Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro”.



Entre 2009 e 2013 o governo federal destinou R\$18,6 milhões, atendendo duzentas e vinte e duas propostas (IPHAN, 2014, p.31).

Em 2011 o IPHAN se engajou numa outra ação do governo federal, o programa *Mais Educação*, que visa estender a jornada escolar e a organização curricular, priorizando municípios mais carentes. A *Educação Patrimonial* passou a integrar um dos macrocampos do programa: o de *Cultura e Artes*. A proposta é o mapeamento das referências culturais locais a partir do olhar dos próprios estudantes, e identificação de potencialidades educativas dentro da própria realidade escolar. Como instrumento de orientação para esse inventário foi produzido um *Manual de Aplicação*. De leitura fácil, o *Manual* traz instruções detalhadas sobre os questionamentos a serem feitos, incluindo o entendimento dos significados das práticas, os tipos de saberes, pessoas envolvidas, materiais/instrumentos necessários, produtos resultantes (se houver), como se dá a transmissão do saber, se o grupo atribui importância a essa transmissão, se precisam de apoio institucional e etc. (IPHAN, 2013). De seu conteúdo é possível depreender que foi elaborado com a preocupação de encorajar o agente do patrimônio encarregado do inventário a uma atitude de compreensão, respeito e humildade no trato com pessoas e grupos pesquisados. São ações que indicam que estamos em meio a um momento sem igual na história da *Educação Patrimonial* no país, de grande intensidade e vigor nas políticas públicas dirigidas ao aprofundamento do conhecimento das nossas referências culturais imateriais visando a sua valorização e salvaguarda, contando com o protagonismo dos indivíduos e comunidades mantenedores dessas práticas culturais e seus saberes.

Já no eixo de atuação “gestão compartilhada das ações educativas” é atribuída às *Casas de Patrimônio* a condição de principal agente fomentador. Essas deverão atuar reconhecendo o protagonismo local das ações educativas, articulando interações entre as três esferas de poder público, instituições e agentes envolvidos com o tema. Vale observar que, diferentemente das ações empreendidas através do *Mais Educação*, que tem o conhecimento e seu registro como elemento norteador de suas ações, as *Casas do Patrimônio* têm como perspectiva de atuação o desenvolvimento local sustentável, levando a geração de renda e oportunidades econômicas para a população.

É sobre esse segundo “eixo de atuação”, a cargo das *Casas do Patrimônio*, que esse estudo quer se debruçar. Num corte mais preciso, interessam as ações que se relacionam com



a transmissão de saberes no interior de grupos mantenedores de referências culturais que podem ser classificadas dentro da categoria do Patrimônio Imaterial como *Celebrações*. Encontramos no Decreto 3551/2000 a definição de *Celebrações* como sendo “rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social”. Mas é a religiosidade seu aspecto mais marcante como podemos verificar ao consultar a relação de *Bens Registrados* para esta categoria, disponível no portal do IPHAN. Pela natureza desse tipo de manifestação popular, podemos constatar que, pelo menos antes de alcançar a condição “oficial” de Patrimônio Cultural, predominam a informalidade, inclusive na transmissão de saberes de geração a geração, e a ausência de produtos ou serviços de valor econômico em seu histórico. Quanto à essa ausência de interesse econômico, é possível que o *Registro*, acompanhado da proposta de desenvolvimento sustentável local, que perpassa as ações do IPHAN, opere como estímulo externo para gerar renda e oportunidades econômicas, abrindo uma nova perspectiva no contexto da manifestação.

Um documento foi produzido ao final do *II Encontro Nacional de Educação Patrimonial* (IPHAN, 2014, P.52-58), em 2011, no qual foram estabelecidas diversas diretrizes organizadas em diferentes “eixos temáticos”. No que tange à participação social, sustentabilidade, espaços educativos e cooperação, é recorrente, nas ações propostas, recomendação para fomentar, reconhecer, legitimar ou garantir “a participação social em todas as instâncias”. Encontrar detalhes dos mecanismos e abordagens para identificar ou estimular as práticas de transmissão de saberes dentro dos grupos informais não é possível nesse documento, que já cumpre a hercúlea missão de listar diretrizes e construir ações. Considerando o tempo recente de sua produção, pode-se esperar que os agentes envolvidos estejam, nesse momento, em pleno processo de construção dos pormenores dessas ações, deparando com situações diferenciadas e provocadoras de profícuas reflexões. Espera-se que este estudo seja de alguma contribuição para essas reflexões.

É uma premissa-chave para esta análise a de que os grupos tradicionais, particularmente aqueles da categoria *Celebrações*, já tenham seus mecanismos informais de transmissões de saberes, com papéis, espaços e temporalidades definidos, perpassando todas as etapas que conformam a referência cultural da qual são portadores. Sua continuidade através de gerações é uma evidência disso! Assim, é possível considerar que qualquer





intervenção externa visando conhecer ou influir nas práticas educativas desses grupos, deve despir-se de conceitos científicos pedagógicos, adotando uma respeitosa postura antropológica de interação.

Mas o que este estudo quer propor é que a compreensão e atuação do elemento externo no cotidiano desses grupos e da forma de circulação de seus saberes encontra excelente embasamento teórico na formulação do conceito de *memória coletiva*, compreendido na obra *Memória Coletiva*, de Maurice Halbwachs, de destaque no campo da *Memória Social*. Ao discorrer sobre como os grupos constroem a si e as suas memórias, como e porque se desfazem, o que fomenta ou dispersa suas lembranças, as relações entre memórias individuais e coletivas, a importância do afeto, Halbwachs formula um conhecimento cuja apropriação, no trato da questão da *Educação Patrimonial* concernente à transmissão de saberes no interior dos grupos tradicionais, pode ser bastante rentável.

Nesta oportunidade de estudo, buscar-se-á demonstrar onde podem ser encontrados os conceitos de Halbwachs dentro do cotidiano dessas manifestações e como pode ser significativa a contribuição desse sociólogo no pensar da sua *Educação Patrimonial*. Espera-se que novas reflexões surjam sobre o tipo de ações que podem ser empreendidas de fora para dentro dos grupos, ou se o melhor caminho é garantir a autonomia do processo de transmissão de saberes já presente no interior desses grupos. A *Folia de Reis* foi a celebração escolhida para este exercício.

### **FOLIA DE REIS E O GRUPO DA FOLIA DO TACHICO**

A jornada dos Magos do Oriente para conhecer e presentear o menino Jesus é a essência dessa manifestação do catolicismo popular conhecida por *Folia de Reis*. Apenas o Evangelho de Mateus, no seu capítulo 2, faz menção a existência e feitos dos magos. No século IV foi estabelecido o dia 6 de janeiro como “Dia de Reis da Epifânia”, sendo esta uma festa solene da liturgia cristã significando a comemoração da vinda do Messias, não apenas para o povo judeu, mas para todos os povos da humanidade. O registro literário mais antigo e mais referendado sobre o tema é o manuscrito *Historia Trum Regum*, por Johannes (Johan) Von Hildesheim, publicado entre 1364 e 1375, tendo por finalidade elucidar a origem histórica e sagrada dos magos do Oriente. A atribuição do título de “Reis” aos Magos foi de São Cesário (bispo de Arles, França) no século VI (SILVA, 2006, p.7-24).



A celebração chega ao Brasil através da colonização portuguesa e é prática regular em várias regiões do país. Os grupos de folia realizam uma jornada de treze dias (entre 25 de dezembro e 6 de janeiro) visitando casas, numa confraternização de fé, onde os foliões cumprem uma *missão* assumida voluntariamente, e os devotos os recebem em casa, reverenciando os *Santos Reis* e esperando deles colher bênçãos para sua vida e seus entes queridos.

O exercício de análise aqui apresentado toma por base o trabalho etnográfico empreendido pelo Doutor em Antropologia Social Wagner Diniz Chaves que descreve a *Folia do Tachico*, localizada no município de Rio das Flores, do Vale do Paraíba Fluminense. Seu levantamento foi realizado entre 2001 e 2003, ano em que a folia comemorou quarenta e três anos de atividades. Tomou como objetivo discutir os processos de transmissão e circulação de conhecimentos no interior desse grupo (CHAVES, 2013, p.17-25). Antes, porém, recorreremos ao trabalho de Chaves para descrever os elementos constituintes de uma folia a fim de auxiliar o leitor pouco familiarizado com a manifestação. Há diferenças nos rituais e no instrumental, de região para região, neste tipo de manifestação, mas seus elementos essenciais constitutivos sofrem poucas variações.

Começamos pelos papéis que cada pessoa desempenha, seguindo rígida hierarquia. A liderança e os saberes concentram-se nas mãos do *mestre folião*, o responsável pelo grupo. A função de *contra-mestre* é imediatamente inferior a do *mestre folião*, com o qual deve manter plena sintonia e substituí-lo quando necessário. Os *palhaços* são os personagens que simbolizam a perseguição dos soldados de Herodes em busca do menino Jesus. Representam a presença do mal, das ameaças invisíveis que pairam sobre a jornada. Sua participação, entretanto, realizada através de danças, recitativos irreverentes e acrobacias, configuram momentos de leveza e alegria ao ritual. Duas posições, geralmente ocupadas por crianças, são encarregadas do chamado *grito*, prolongamento musical da última sílaba proferida pelo *mestre folião* nos seus cantos: o *requinta* e o *baixão*. O *bandeiro* é aquele encarregado de portar o símbolo sagrado da folia: a *bandeira*. É o primeiro a entrar nas casas e o último a sair. Finalmente os *instrumentistas*, percebidos, por suas habilidades, como os “artistas” do grupo. Na *Folia do Tachico* o pesquisador encontrou instrumentistas para duas violas, sanfona, cavaquinho, pandeiro, caixa, tarol, bumbo e agogô. Registre-se que também o *mestre* e o *contra-mestre* são instrumentistas.





Como símbolos ritualísticos a manifestação dispõe da *bandeira*, das *fitas* e dos *uniformes*. A primeira expõe imagens da visitação dos três reis magos ao menino Jesus, ficando oculta por fitas e um véu transparente, além de vários adornos. As *fitas*, além de agregar valor estético à *bandeira*, simbolizam as promessas dos devotos. Os *uniformes*, em geral de cetim com dragonas nos ombros e chapéu tipo “quepe” de marinheiro, completam a estética ritualística do grupo.

A folia se configura através de trocas e interações entre *devotos*, *foliões* e o santo. Logo, não ocupando posição no interior da Folia, mas sendo primordial à existência e significados da própria manifestação, temos os *devotos da morada*. Representam o povo para o qual é transmitido a boa nova do nascimento de Jesus. Quando o devoto recebe a folia em sua casa, além de estar obtendo graças ou pagando votos e promessas, está também ajudando o *mestre folião* no cumprimento de sua *missão*.

## **A TRANSMISSÃO DE SABERES SOB O OLHAR DOS CONCEITOS DE HALBWACHS**

Chaves desvenda os mistérios do processo ensino-aprendizagem no interior de uma folia, a partir da vivência do *mestre folião* Tachico à qual adentra através de longas entrevistas com o mesmo. O pesquisador mantém uma postura respeitosa, porém reflexiva, e demonstra estar atento às limitações inerentes a dimensão do relato oral e à condição de reinvenção do passado que esse implica. Sua principal referência intelectual no campo da “antropologia do conhecimento” é Fredrik Barth e, quanto aos seus objetivos, declara que pretende

contribuir para uma reflexão sobre processos de ensino-aprendizagem e transmissão de conhecimentos veiculados à formação de especialistas nos rituais do catolicismo popular, mas especificamente *mestres foliões* de Santos Reis na região do médio Paraíba (CHAVES, 2013, p.71).

A infância de Tachico, sua relação com as lembranças dessa época, revelam-se definidoras da *missão* que escolheu pra si: o compromisso com a *Folia de Reis*. Seu pai era um *devoto* e gostava de receber folias. Quando criança, Tachico, já tocando cavaquinho, montou uma folia com colegas usando conhecimento que adquiria observando os grupos que visitavam sua família e a vizinhança. Chaves ressalta a importância da imitação dos adultos, como uma prática recorrente entre as crianças que integram grupos que mantêm tradições



populares, sendo fundamental para a reprodução dessas tradições. Em 2002, o pesquisador deparou com três grupos de crianças que improvisavam folia e que pararam à frente da casa de Tachico, a pedido do neto deste. Todos apreciaram e Tachico aproveitou pra transmitir ensinamentos à garotada, o que era feito de maneira informal e em tom de brincadeira. (CHAVES, 2013, p.75-76)

As “lembranças da infância” constituem um tópico específico na *Memória Coletiva* de Halbwachs. A família, grupo ao qual a criança integra em intenso convívio, comporá o “quadro” para suas lembranças futuras. Apesar de não ser capaz de atribuir valores diferentes aos acontecimentos que se desenrolam diante dela, os acontecimentos vivenciados pelas crianças se convertem em

imagens que atravessam as consciências individuais. Se você não retiver senão essas imagens, elas poderão sobressair-se das outros, no espírito de uma criança, por sua singularidade, seu brilho intenso, sua intensidade (HALBWACHS, 1990, p.61).

Pelo impacto da experiência vivida por Tachico na infância, que certamente não difere do impacto sobre os jovens imitadores aos quais Tachico, transmite informalmente alguns dos seus saberes, podemos entender que essas crianças já ultrapassaram a “etapa da vida puramente sensitiva”, passando a se interessar pelos significados das imagens e dos “quadros” que percebem e absorvem. Elas já comungam dos interesses do grupo, com seus pensamentos vagando entre as impressões pessoais e as diversas correntes de pensamentos coletivos. Na relação com seu próprio neto e com as crianças amigas desse, Tachico é aquele parente idoso cuja presença fica impressa em tudo o que se aprende sobre um período e uma sociedade antiga, e que fornecerá o destaque das lembranças na memória do futuro adulto, convertendo tal personagem na principal referência do “quadro” que resume e condensa todas essas lembranças (HALBWACHS, 1990, p.62 e 66). De acordo com Halbwachs, o “afeto” é um componente chave na construção da memória coletiva e as situações aqui relatadas validam sua afirmação.

Outro momento marcante no aprendizado de Tachico é quando ascende, ainda muito jovem, da condição de *contra-mestre* a de *mestre folião*. O estímulo dos companheiros é apontado como vital, demonstrando que, por mais habilidades individuais que tenha o candidato a *mestre folião*, este deve inspirar confiança, ter liderança, autoridade e carisma



junto ao grupo. Esse momento, entretanto, revela a presença de tensões e conflitos. O *mestre folião* ao qual Tachico sucede compartilha conteúdo muito restrito dos versos da cantoria que a função demanda. Tachico empreende sua jornada como *mestre* assim mesmo, até que visita uma casa onde residia um *ex-mestre folião*, o Hilário que vinha a ser pai de seu cunhado. Este percebe o pouco conhecimento de Tachico e oferece ao mesmo o seu saber dos versos que compõe a cantoria dos *Reis*, fazendo isso através da entrega de *cópias*, que são folhas de papel com texto manuscrito. As *cópias* e o gesto de entregá-las a alguém são bastante simbólicos no universo da *Folia de Reis*.

Geralmente um mestre-folião passa suas *cópias* para seu discípulo direto, que pode ser um filho, um neto ou até mesmo alguém de fora da família. Esse aprendiz, que um dia vai se tornar mestre folião, deve também entregá-las para seu discípulo e assim por diante [...]. Possuir *cópias* antigas, de mestres foliões afamados, é motivo de orgulho e sinal de prestígio para qualquer um (CHAVES, 2013, p.86).

Se o episódio revela conflito e tensões no interior de um grupo (o *mestre* predecessor de Tachico omitiu-lhe saberes), também evidencia a solidariedade presente na comunidade de grupos de folia. A contribuição alheia na construção da memória individual e coletiva é outro componente chave no pensamento de Halbwachs. Tachico certamente ouviu uma infinidade de conjunto de versos cantados nos muitos grupos de folia que conheceu, mas não conseguiu memorizá-los, até porque a necessidade só se fez presente mais tarde, quando se torna *mestre folião*. Hilário é a pessoa que ajuda Tachico a evocar seu próprio passado, ainda que com o apoio da escrita. Porém, mais que um texto, é uma experiência de vida que Hilário compartilha, e que não é estranha para Tachico pois dividem um “fundamento comum”, tal como encontramos no pensamento de Halbwachs.

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam a seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum (HALBWACHS, 1990, p.34).

O livro de Chaves está repleto de outras situações de ensino-aprendizagem que integram o cotidiano dessas pessoas que vivem uma vida comum, mas que a cada Natal se vestem orgulhosas para empreender o seu ritual de fé. Espera-se, entretanto, que os exemplos aqui apresentados sejam suficientes para ilustrar as reflexões que esse estudo deseja propor às



peças que se interessam e agem, profissional ou voluntariamente, pela causa da *Educação Patrimonial*. A sobrevivência das tradições populares depende da sobrevivência da memória coletiva dos grupos que as mantêm? Sabendo-se que, conforme ensina Halbwachs, a sobrevivência da memória coletiva de um grupo depende da sobrevivência do próprio grupo, interferências externas podem contribuir positivamente nesse sentido?

As tradições populares, sabemos, estão ameaçadas pelos “processos de globalização e de transformação social [...] [que] geram [...] graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição” (UNESCO, 2003). Quando essas tradições se mantêm através de grupos, é inevitável concluir que é a sobrevivência desses grupos que garantem a sobrevivência da tradição. É claro que os grupos se transformam, novas relações e novos contatos se estabelecem, mas a velocidade e intensidade dessas transformações são bem maiores hoje do que quando Halbwachs produziu suas reflexões, o que torna mais urgente todo esforço para salvaguarda das tradições populares, que por sua vez estão alicerçadas na memória coletiva suportada por um determinado grupo. Ou seja, trabalhar para que o grupo continue a existir como tal, composto de pessoas de uma mesma família, de uma mesma vizinhança ou localidade, respeitando seu mecanismo natural de sobrevivência, seus valores, sua informalidade nas relações, inclusive naquelas onde se processam a transmissão de saberes, pode ser o caminho mais promissor à tomar por aquelas pessoas ou instituições interessadas na continuidade das manifestações populares. Uma atitude respeitosa como aquela que parece inspirar o *Manual de Aplicação* do programa *Mais Educação* citado anteriormente, com a postura de quem quer conhecer para aprender e não para apontar caminhos ou soluções, pode ser muito promissor. Por que se oralidade e a informalidade ainda incomodam as instâncias letradas de nossa sociedade, a sobrevivência desses grupos se apoia nelas e não podem ser menosprezadas. Com isso quero dizer que mecanismos muito usados no processo ensino-aprendizagem como, por exemplo, a realização de oficinas, podem ser interessantes na transmissão de saberes no segmento do artesanato, mas aplicar a mesma estratégia para saberes pertinentes a rituais de uma *Celebração* como a *Folia de Reis*, pode ser inócuo e até desagregador. Outra possibilidade típica de ações didático-pedagógicas é ideia de promover aulas para que crianças aprendam a tocar instrumentos usados em certa manifestação. Estar-se-á investindo na técnica, mas e a confiança, o afeto e o respeito entre mestre e discípulo? O que as experiências relatadas por Chaves demonstram é que esses elementos, presente na



informalidade do cotidiano dos membros do grupo, são de fundamental importância para a coesão e para a mobilização do mesmo em torno da concretização de sua expressão de fé: a *Folia de Reis*. Tomando os jovens que gravitam em torno dos adultos foliões como referência, esses vão aprender, com as aulas, a tocar os instrumentos, mas quem garante que seu aprendizado será usado na manifestação? Podem tornar-se instrumentistas profissionais e priorizar os contratos para shows em detrimento dos compromissos da folia. Em suma, os grupos tradicionais tem sua sabedoria e seus próprios mecanismos de sobrevivência, interferências externas devem ser muito pensadas, inclusive se são realmente necessárias.

Então não haveria o que fazer em termos de ações institucionais para ajudar na salvaguarda das tradições populares que se expressam pela fé, através de grupos? Certamente que há! O que esse estudo quer propor é que seja percebido como mais importante o cuidado com a sobrevivência desses grupos, de sua forma de viver e se relacionar, entre si e com outros. É claro que não estão imunes a transformações, mas em grupos focados em seu universo, as mudanças

se resolvem elas mesmas em similitudes, já que [as mudanças] parecem ter como papel desenvolver sob diversos aspectos, um conteúdo idêntico, quer dizer, os diversos traços fundamentais do próprio grupo. (HALBWACHS, 1990, p.88)

Os grupos de *Folia de Reis* são encontrados em cidades do interior, nem sempre econômica e socialmente autônomas. Políticas públicas que promovam oportunidades de educação e emprego nessas cidades, podem impedir que os jovens precisem afastar-se de suas famílias para estudar ou trabalhar, o que poderia afastá-los também do compromisso com a *Folia de Reis*.

A *Educação Patrimonial* desenvolvida no contexto escolar, como a planejada, por exemplo, através do programa *Mais Educação*, pode trabalhar a conscientização e o respeito dos jovens que não integram grupos de tradições populares, mas que interagem com eles. Esses poderão assumir uma atitude mais compreensiva na idade adulta, e situações como a que foi enfrentada, por exemplo, por um dos netos de Tachico poderá ter desfecho diferente. Determinado a cumprir a jornada junto com o avô, Fabiano tentou negociar seu horário de trabalho com o patrão. A inflexibilidade do patrão predominou: o jovem saiu com a *Folia*, mas perdeu o emprego (CHAVES, 2013, p.32).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos um momento de intensa valorização da diversidade cultural. No Brasil o IPHAN já oficializou o Registro de vinte e sete manifestações do Patrimônio Imaterial e cinquenta e oito projetos de Inventário Nacional de Referências Culturais estão em curso, como revela o portal do Instituto. A instituição de políticas públicas no campo da *Educação Patrimonial* também acompanha essa efervescência: onze publicações disponibilizadas no mesmo portal reúnem valiosos conhecimentos construídos nesse campo desde 1999.

As tradições populares que se expressam através de grupos, inclusive aquelas que, originalmente, não são perpassadas por interesses econômicos, também estão no campo de interesse das políticas públicas. A busca do desenvolvimento local sustentável através do turismo cultural é o elemento fomentador dessas políticas, podendo revelar-se um caminho de sucesso para a desejada redução das desigualdades sociais que ainda aflige a nação brasileira. Mas a perspectiva econômica trás em si características, como imediatismo e pragmatismo, que põem em risco a subjetividade que envolve as tradições populares e seus mantenedores.

Esses riscos, entretanto, podem ser amenizados se os agentes e instituições que deliberam e atuam no campo da *Educação Patrimonial* priorizarem essa subjetividade no trato com as tradições populares. Manifestações como a *Folia de Reis* aqui abordada, que se enquadra na categoria das *Celebrações*, estão alicerçadas na memória coletiva de seus grupos mantenedores. Se queremos salvaguardar essas tradições, temos que atuar na salvaguarda desses grupos, o que pode significar ter que agir no entorno deles e não no seu interior. Se as novas relações que os grupos e seus membros estabelecem podem enriquecê-los, também podem provocar mudanças deturpadoras de crenças e valores sem que se deem conta disso pois,

na medida que cedemos sem resistência a uma sugestão de fora, acreditamos pensar e sentir livremente. É assim que a maioria das influências sociais que obedecemos com mais frequência nos passam despercebidas (HALBWACHS, 1990, p.47).

Nas publicações do IPHAN consultadas para este trabalho, não foram localizadas referências a obras de Maurice Halbwachs. Talvez suas ideias estejam tão incorporadas ao sentir e ao pensar acadêmico, afinando-se à subjetividade dos autores, que esses não se apercebam dos limites entre os seus pensamento e o do sociólogo alemão, que nos ensinou que, quando estamos bem afinados com os que nos cercam, “vibramos em unísono, e não





sabemos mais onde está o ponto de partida das vibrações, em nós ou nos outros” (HALBWACHS, 1990, p.47). Mas também pode ser que Halbwachs não tenha sido lembrado, e certamente haverá justificativas para tal, que, entretanto, não são do conhecimento desta autora. Mas se o sociólogo francês foi esquecido por alguns teóricos das tradições populares, ele não esqueceu de destacar a importância dessas tradições para a sobrevivência da sociedade.

É preciso ainda que a sociedade viva; mesmo que as instituições sociais estejam profundamente transformadas, e então, mesmo que o esteja, o melhor meio de fazê-las criar raiz, é ajudá-las em tudo aquilo que se puder aproveitar das tradições. (HALBWACHS, 1990, p.84)

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Patrimônio: ampliação do conceito e processos de patrimonialização. In: CURY, Marília Xavier.; VASCONCELLOS, Camilo de Mello.; ORTIZ, Joana Monteiro (Org.). *Questões Indígenas e Museus: Debates e Possibilidades*. São Paulo: MAE-USP; Secretaria de Estado da Cultura-SP, 2012 (p. 28-40)

BRASIL. *Constituição*. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. *Decreto 3551*, 4 ago 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

CHAVES, Wagner Diniz. *Na jornada de Santos Reis – Conhecimento, ritual e poder na folia do Tachico*. Maceió: EDUFAL, 2013.

GRUNBERG, Evelina. *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, 2007. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3837>>. Acesso em: 18 jun 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999. Disponível em:

<[http://search.4shared.com/postDownload/9nn0N0TE/guia\\_bsico\\_de\\_educac\\_o\\_patrimoni.html](http://search.4shared.com/postDownload/9nn0N0TE/guia_bsico_de_educac_o_patrimoni.html)>. Acesso em: 18 jun 2014.



IPHAN, 2014. *Educação Patrimonial – Histórico, conceitos e processos*. Brasília: IPHAN/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=4240>>. Acesso em: 15 jun 2014.

IPHAN, 2013. *Educação Patrimonial – Manual de aplicação – Programa Mais Educação*. Brasília: IPHAN/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013. Disponível em : <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3429>>; Acesso em: 16 jun 2014.

SILVA, Afonso M. Furtado. *Reis Magos: História – Arte – Tradições – fontes e referências*. Rio de Janeiro: Leo Christiano Editoria, 2006.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; BEZERRA, Márcia. Educação patrimonial: perspectivas e dilemas. In: LIMA FILHO, M.F.; Beltrão, J.F.; ECKERT, C. (Org.). *Antropologia e patrimônio cultural : diálogos e Desafios contemporâneos* . Blumenau : Nova Letra, 2007 (p.81-97).

UNESCO, 1989. *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular*. Disponível em : <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=261>>. Acesso em: 16 jun 2014.

UNESCO, 2003. *Recomendação de Paris. Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=271>>. Acesso em: 16 jun 2014.